



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 7 • nº 8 • 12 a 25/6/10 • ISSN1809-6182

Análise

17/06/2010 – Eleições Britânicas: o governo de coalizão e o futuro da União Européiap.01

As recentes eleições britânicas colocaram em prova o sistema eleitoral do Reino Unido, uma das democracias mais antigas do mundo. O resultado foi a inusitada formação de um gabinete com membros do Partido Conservador e Liberal Democrata. Ao mesmo tempo, a retomada do poder conservador na Grã-Bretanha aponta desafios para o futuro da integração européia e os dilemas a serem sanados no país.

17/06/2010 – O impasse entre as Coréiasp.04

Mais um incidente envolvendo a Coreia do Norte e a Coreia do Sul agrava o impasse existente entre os dois países. O papel das grandes potências será importante para dirimir não só este contencioso, bem como auxiliará na resolução deste conflito que já dura meio século.

Texto Informativo

17/06/2010 – Malvinas: Retorna a tensão entre Argentina e Reino Unido..... p.09

Vinte oito anos após a Guerra das Malvinas, Argentina e Reino Unido se vêem em mais um desentendimento político na região do Atlântico Sul. A tensão retorna à agenda internacional devido às plataformas de petróleo britânicas e à prospecção de petróleo.

17/06/2010 – Curdistão: Um problema de ontem e hojep.14

Minorias étnicas, Estados não-reconhecidos e movimentos separatistas são fenômenos existentes em diversas regiões. A problemática curda é antiga e permanente no Oriente Médio, entretanto, a solução de suas reivindicações é complexa e de difícil alcance.

Eleições Britânicas: o governo de coalizão e o futuro da União Européia

Análise
Integração Regional
Celso Augusto de Freitas Filho
17 de Junho de 2010

As recentes eleições britânicas colocaram em prova o sistema eleitoral do Reino Unido, uma das democracias mais antigas do mundo. O resultado foi a inusitada formação de um gabinete com membros do Partido Conservador e Liberal Democrata. Ao mesmo tempo, a retomada do poder conservador na Grã-Bretanha aponta desafios para o futuro da integração europeia e os dilemas a serem sanados no país.

Após 13 anos fora do poder, o Partido Conservador, representado pelo premier David Cameron, conseguiu formar um gabinete de coalizão com o Partido Liberal Democrata, algo inédito na história democrática do Reino Unido. A volta dos *tories*¹ ao governo britânico aponta desafios para a integração europeia. Na mesma medida, a participação dos Liberal-Democratas na gestão do Estado levanta questões importantes sobre o futuro político e econômico da própria Grã-Bretanha, como a necessidade de se engendrar uma reforma do sistema eleitoral britânico.

As eleições de maio foram marcadas pela incomum ascendência do Partido Liberal Democrata na disputa por cadeiras na Câmara dos Comuns. Na tradição bipartidária do Reino Unido, os partidos Trabalhista e Conservador sempre estiveram no cerne da disputa e com o maior número de cadeiras na Câmara dos Comuns. Não obstante, após os amargos erros² na gestão trabalhista de Tony Blair e Gordon Brown, os liberal-democratas ascenderam como uma promessa de mudança para parte do eleitorado. Este

fato foi aliado à exímia retórica de Nick Clegg, líder do Partido Liberal-democrata.

Apesar dos alardes da atípica disputa eleitoral deste ano³, o resultado das eleições demonstrou a força do bipartidarismo na Grã-Bretanha, sendo que os *tories* conquistaram 306 cadeiras, enquanto os trabalhistas e liberal-democratas arremataram, respectivamente, 258 e 57⁴ das 650 vagas no Parlamento. No entanto, os conservadores não conseguiram maioria absoluta de parlamentares, caso conhecido como de *Hung Parliament*⁵.

Nesta situação, nenhum partido possui mais da metade das cadeiras na Câmara dos Comuns, tornando o trabalho no parlamento muito difícil, senão impossível. Ainda neste contexto, os parlamentares não possuem uma maioria para aprovar projetos e leis, o que inviabiliza a gestão do Estado. Para se evitar tal fato, os *tories* formaram uma

¹ “Tory” é a denominação designada para o Partido Conservador britânico.

² Entre os principais problemas da gestão dos trabalhistas, estão a Guerra no Iraque e o aumento da dívida pública britânica.

³ Segundo análise da BBC, esta teria sido a eleição mais acirrada desde 1992.

⁴ Vale ressaltar que este número de cadeiras do Partido Liberal Democrata ainda é expressivo, se comparado com sua história desde o pós-guerra. O maior número já conquistado nas últimas eleições foi de 46 cadeiras em 1997.

⁵ Para um entendimento mais específico do que seria um *Hung Parliament*, acesse: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/05/100503_hung_parliament_ji.shtml

histórica aliança com o Partido Liberal Democrata. Assim, David Cameron, líder *tory*, foi proclamado primeiro-ministro, enquanto que Nick Clegg, representante dos liberal-democratas, foi nomeado vice-primeiro-ministro.

Este novo governo de coalizão fomenta uma análise acerca das expectativas da política externa no novo governo, especialmente no que se refere à União Européia. Os conservadores são conhecidos por sua postura eurocética quanto ao futuro da integração européia. O partido se mostrou contrário ao Tratado de Lisboa, o qual é um avanço no processo de união política no bloco. Em 2009, os conservadores se desvincularam do Partido do Povo Europeu, principal organização de centro-direita de representação no Parlamento Europeu. Esta retirada pode ser entendida como um descrédito dos *tories* em relação às instituições da UE, no caso o Parlamento Europeu.

A história explica este euroceticismo dos *tories*. Porém, vale ressaltar os momentos em que os conservadores estiveram no poder e seu relacionamento com o resto da Europa. A adesão do Reino Unido à organização regional foi em um momento de crise, conhecido como euroesclerose, no qual o processo integracionista no continente encontrou barreiras nas tensões econômicas mundiais (crise do petróleo) e na difícil negociação de uma Política Agrícola Comum. Mesmo no governo eurocético de Margaret Thatcher, a União Européia ainda se recuperava dos amargos anos de crise e a Grã-Bretanha ainda procurava se adequar aos moldes de Estado-membro em um momento crucial para os processos de união política, com a criação do Ato Único Europeu⁶.

Na perspectiva atual, a conjuntura da União Européia parece desfavorável para

o desenvolvimento do processo de união política. A crise na Grécia e em outros membros, como Portugal, cria barreiras para a aplicação das normas engendradas no Tratado de Lisboa. Da mesma maneira, um governo de liderança conservadora na Grã-Bretanha coincide com este momento de propensão à crise na Europa. É válido lembrar a força do Reino Unido na arquitetura do bloco, sendo um dos maiores contribuintes no orçamento europeu e uma das maiores economias do continente.

Este cenário projetado aqui não parece condizer com a formação do gabinete de coalizão recém-formado em Londres. A participação do Partido Liberal Democrata, sob a liderança de Nick Clegg, impõe barreiras para um possível euroceticismo *tory*. Dentro do projeto de gestão dos liberais, uma maior participação britânica na UE é uma das requisições do partido na aliança. Os liberal-democratas são conhecidos por sua postura moderna de se fazer política, especialmente no âmbito da integração européia. Nick Clegg é um político com uma visão positiva sobre o papel do Reino Unido no bloco europeu. O vice-primeiro-ministro já trabalhou na Comissão Européia e foi membro do Parlamento Europeu. Clegg ficou conhecido por sua faceta cosmopolita e por sua retórica. Este fator aponta para um embate entre *tories* e liberais na participação dentro da União Européia.

No âmbito nacional, o governo de coalizão enfrentará problemas herdados pelos 13 anos de gestão trabalhista. O principal é o aumento significativo no déficit público que arrasta a economia britânica e já supera a taxa de 11% do PIB. Para amenizar o problema, o novo gabinete já anunciou que pretende reduzir cerca de seis bilhões de libras dos gastos públicos até abril de 2011. Outro ponto importante é a reforma do sistema eleitoral, uma prerrogativa do Partido Liberal Democrata no sentido de estabelecer uma maior proporcionalidade entre os partidos

⁶ O Ato Único Europeu foi o primeiro passo expressivo na criação de regras acerca de uma união política, com a formulação de normas para a livre circulação de pessoas e bens.

e os números de cadeiras na Câmara dos Comuns. O projeto de reforma ainda será formulado e um referendo decidirá sobre a implementação do mesmo.

A aliança entre conservadores e liberal-democratas é algo inédito na democracia britânica e foi o resultado de uma eleição conturbada. Além dos problemas que a nova gestão enfrentará, a própria coligação de liberais e conservadores já é uma questão problemática nesta conjuntura. O cotidiano das decisões em um gabinete com membros de ideologias pouco convergentes terá de lidar com os atritos gerados nesta aliança. A reforma do sistema eleitoral e a participação britânica na União Européia apontam os dilemas internos que o próprio gabinete enfrentará. Assim, pouco se pode falar com clareza sobre as políticas que a nova aliança desempenhará, mas sérios serão os problemas que aparecerão.

<http://www.economist.com/>

Palavras-chave: Eleições Britânicas, Grã-Bretanha, Democracia.

Referência

LIJPHART, Arend. *Modelos de Democracia: Desempenho e Padrões de Governo em 36 Países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

BBC

<http://www.bbc.co.uk/>

G1 - Portal de Notícias da Globo

<http://g1.globo.com/>

Blog Conservative Home

<http://conservativehome.blogs.com/>

Europa - Portal da União Européia

http://europa.eu/index_pt.htm

The Economist

O impasse entre as Coreias

Análise

Segurança

Daniel Peluso Rodrigues da Silva

17 de Junho de 2010

Mais um incidente envolvendo a Coreia do Norte e a Coreia do Sul agrava o impasse existente entre os dois países. O papel das grandes potências será importante para dirimir não só este contencioso, bem como auxiliará na resolução deste conflito que já dura meio século.

Conflitos e desavenças entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul datam de meio século. Desde a expulsão dos japoneses da península coreana liderada pela guerrilha de *Kim Il Sung*¹, apoiado pelo regime comunista leninista, e a ocupação da parte sul apoiada pelos Estados Unidos em 1945 que os coreanos se encontram em uma condição mal resolvida. Os coreanos apoiados pelos soviéticos estabeleceram-se ao norte do paralelo 38, enquanto os coreanos apoiados pelas forças norte-americanas colocaram-se ao sul. Formaram-se assim dois países divididos que contestam o direito de liderar sobre toda a península, no qual cada uma das partes justifica o seu direito baseando-se no discurso de que é o legítimo representante do povo coreano.

Recentemente mais um acontecimento estremeceu a relação entre os dois países. Um suposto ataque ao navio sul coreano *Cheonan* foi realizado por um torpedo identificado como sendo pertencente ao exército da Coreia do Norte. Tal ataque causou a morte de 46 marinheiros sul coreanos e levantou novos debates sobre as relações de hostilidade existentes entre as duas coreias.

Em contrapartida à acusação, a Coreia do Norte nega qualquer envolvimento no naufrágio do navio da marinha sul coreana e, acusa ainda as autoridades deste país de “fabricarem” uma acusação sem precedentes contra o exército da vizinha do norte.

Um recente relatório apresentado por especialistas da Grã-Bretanha, Austrália, Suécia e Estados Unidos confirmou que o navio poderia ter sido realmente atingido por um torpedo da Coreia do Norte, já que foram encontrados fragmentos que continham informações escritas em um tipo de letra encontrado em design norte coreano. Porém tal relatório causa uma certa desconfiança em seus reportes conclusivos, pois foi feito por países notadamente aliados à Coreia do Sul. Outras vertentes apresentam que poderia ser um acidente em virtude de treinamentos, ou até mesmo “fogo amigo”, ou seja, um torpedo de um submarino norte-americano.

Em represália, a Coreia do Sul suspendeu o comércio internacional com a Coreia do Norte, afirmando ainda que recorrerá ao Conselho de Segurança para denunciar a quebra do cessar fogo por parte dos norte coreanos².

¹ Foi o líder da Coreia do Norte desde a fundação do grande país coreano em 1948 até a data de sua morte em 1994.

² Informação disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/05/100525_coreia_relacoes_terca_rw.shtml

O atual acontecimento levanta variadas questões no que diz respeito à estabilidade regional e a resolução deste conflito, presente há alguns anos. É preciso avaliar as estratégias de negociação historicamente utilizadas pela Coreia do Norte e considerar o papel dos Estados Unidos bem como a condução de sua política externa neste impasse. Por fim, uma breve explanação sobre o papel da China servirá de base para a formação de uma argumentação concisa e coerente para que se possa entender com certa clareza as complexas variáveis envolvidas na península coreana.

O modo de negociação da Coreia do Norte

O autor Lilley (1997) destaca-se por tentar compreender o intrigante método pelo qual os norte coreanos guiam sua política externa, principalmente quando se trata das relações com a vizinha do sul. Essa diplomacia de difícil compreensão tem chamado a atenção no cenário internacional e levanta inúmeras possibilidades de interpretação.

Pelos fatos históricos e o desenrolar de várias negociações entre as Coreias, o autor chega à conclusão de que a política externa da Coreia do Norte baseia-se naquele velho ditado: “Cão que ladra não morde.” As autoridades norte coreanas têm adotado estratégias que conduzem a este tipo de interpretação. Ou seja, eles adotam um posicionamento muito rígido e agressivo, mas logo que a repercussão já está formada, eles conseguem o objetivo pretendido: chamar a atenção das grandes potências e fazer com que se inicie uma nova mesa de negociação, onde colocam grande parte de suas reivindicações.

Neste sentido, Lilley (1997) coloca que primeiro de tudo os norte coreanos são opacos, ou seja, é difícil de descobrir quais são os seus objetivos. De acordo com o autor, as autoridades da Coreia do Norte

sempre parecem adotar um posicionamento - como os chineses - do que se chama de “status de vítima.” Isto quer dizer que a culpa é sempre dos outros países, o povo norte coreano é sempre a vítima da agressão, classificando-se sempre como o perdedor.

Ainda na perspectiva do posicionamento internacional norte coreano, Pyongyang³ utiliza-se em muitas circunstâncias da estratégia do drama e da catástrofe. O governo norte coreano tenta estabelecer a agenda para as negociações, tomando a iniciativa do debate. Controla a imprensa e as relações públicas, com o objetivo de firmar um “Acordo de Princípios”, ou seja, tenta estabelecer o controle dos princípios e proposições do acordo.

Alguns exemplos deste peculiar posicionamento de Pyongyang em suas relações externas são: os testes com mísseis balísticos em 2006, a saída por parte da Coreia do Norte do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) em 2003 e o sequestro de jornalistas norte-americanos em 2009. Estas atitudes são demonstrações de que a Coreia do Norte realiza uma “jogada alta” e de impacto para conseguir obter poder de barganha e negociação, podendo assim maximizar seus interesses estratégicos, políticos e econômicos.

É válido ressaltar que, no incidente apresentado acima, não foi realmente comprovado o envolvimento direto da Coreia do Norte; mas a simples suspeita de que o governo norte coreano tenha participado deste ataque já é suficiente para que os tomadores de decisão e formuladores deste país utilizem-se da situação de forma peculiar e característica.

Os Estados Unidos e as Coreias

Os Estados Unidos começaram sua influência na região do sudeste asiático desde o fim da Segunda grande guerra e

³ Capital da Coreia do Norte.

início da Guerra Fria, sob a disputa entre o bloco soviético socialista e o bloco estadunidense capitalista. Na Guerra da Coreia⁴ (1950-53) observou-se uma clivagem bem determinada: os norte coreanos conseguiram o apoio dos seus irmãos ideológicos soviéticos e chineses, enquanto a Coreia do Sul alinhou-se aos Estados Unidos sob as vestes da Organização das Nações Unidas (ONU).

Cerca de 40 anos mais tarde, com o fim da Guerra Fria e o apoio russo e chinês à Coreia do Sul, a Coreia do Norte sentiu-se traída pelas duas potências asiáticas, adotando segundo Martins (2006) uma postura distinta no cenário internacional.

Na administração do presidente Bill Clinton dos Estados Unidos (1993-2001), ocorreram significativos avanços e aproximações entre as duas Coreias, no qual Pyongyang adotou uma postura mais conciliadora. Em 1992, foi assinado o acordo de garantias nucleares com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), e dois anos mais tarde foi assinado o Acordo de Genebra (*Agreed Framework*) que versava principalmente sobre a interrupção do programa nuclear norte coreano e a aceitação das inspeções da AIEA. Em contrapartida, o governo dos Estados Unidos se comprometeu a auxiliar a Coreia do Norte na construção de dois reatores de água-leve⁵ até 2003 e a fornecer recursos energéticos até que o primeiro reator estivesse concluído. Na sequência desse Acordo, foi estabelecida a Organização para o Desenvolvimento de Energia da Península Coreana, constituída pela Coreia do Sul, Japão e União

Europeia que supervisionariam o projeto (MARTINS, 2006).

No período do governo norte-americano de George W. Bush, a política dos Estados Unidos para a Coreia do Norte alterou-se significativamente. Em Janeiro de 2002, Bush incluiu a Coreia do Norte no chamado “eixo do mal”, ou seja, nações do globo que ameaçavam a segurança e a paz mundial. Tal fato foi um dos elementos decisivos para que Pyongyang descumprisse os acordos outrora assinados, reativando seu programa nuclear e retirando-se em 2003 do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

A China e as Coreias

A questão da península coreana sempre foi importante para a política externa da China, pelo fato de que a estabilidade ou instabilidade naquela região afetam diretamente as fronteiras chinesas.

Em 1978, ocorreram as reformas econômicas na China, nas quais Deng Xiaoping⁶ destacou a importância da existência de um ambiente pacífico que pudesse ser a base para o desenvolvimento. Dentro deste argumento, em 1985 tal líder político lançou o plano de governo que possuía dois principais corolários que passaram a nortear as bases da política externa chinesa - paz e desenvolvimento socioeconômico.

Em virtude deste pilar explícito em sua política externa, a China passou a aproximar-se cada vez mais dos países ocidentais, promovendo tanto a abertura econômica como política. Na península coreana não seria diferente, houve uma maior aproximação entre a China e a

⁴ A Guerra da Coreia foi travada entre 25 de Junho de 1950 a 27 de Julho de 1953, opondo a Coreia do Sul e seus aliados, que incluíam os Estados Unidos da América e o Reino Unido, à Coreia do Norte, apoiada pela República Popular da China e pela antiga União Soviética. O resultado foi a manutenção da divisão da península da Coreia em dois países, que perdura até aos dias de hoje.

⁵ Reator de água leve é um tipo de reator térmico de geração de energia.

⁶ Foi o secretário-geral do Partido Comunista Chinês (PCC), sendo, de fato, o líder político da República Popular da China entre 1978 e 1992. É o criador do chamado socialismo de mercado, regime vigente na China moderna.

Coréia do Sul, sendo que em 1992 estes dois países estabelecem relações diplomáticas. “A mudança de uma política de uma Coreia para uma política de duas Coreias foi uma das mudanças mais importantes na política chinesa do pós-guerra fria” (KIM, 2003, p. 12).

Mediante esta aproximação chinesa da Coreia do Sul e sua maior abertura aos países ocidentais, a Coreia do Norte perdeu um aliado importante e essencial. Isto é, no período de Guerra Fria as relações entre Pyongyang e Beijing ⁷ eram bem mais estreitas do que se percebe atualmente. Ao que tudo indica, na conjuntura atual, a China parece estar mais próxima dos Estados Unidos e não entraria em um embate direto com as grandes potências em virtude de uma ação unilateral da Coreia do Norte.

No que concerne a relação entre Coreia do Norte e China, o comércio entre chineses e a norte coreanos revela o alto grau de dependência deste último em relação ao gigante asiático. De acordo com os dados da *CIA World FactBook* (2008) a Coreia do Norte exporta 42% do total de sua produção para a China e na outra via das relações comerciais, do total das importações norte coreanas, 57% são bens e serviços “*made in China*”.

Considerações Finais

Como foi possível notar, pode-se destacar fundamentalmente a questão central que rege o impasse existente na península coreana: o posicionamento das grandes potências. O papel dos Estados Unidos em um primeiro momento foi marcado por esforços que pudessem incluir a Coreia do Norte em uma agenda favorável às suas pretensões que eram notadamente o suprimento energético. Porém, em virtude da mudança de administração do governo norte-americano, percebeu-se que as relações entre os dois países ficaram

desgastadas, tendo como consequências a retomada do programa nuclear norte coreano e a saída deste país do TNP.

Sobre o papel da China, esta buscou manter uma relação mais assertiva com as Coreias. Sendo assim, no que concerne à Coreia do Sul, os chineses souberam aproveitar o potencial mercado e não hesitaram em consolidar seus laços comerciais com os sul coreanos. Em relação à Coreia do Norte, o período de Guerra Fria foi marcado por uma aproximação mais definida entre Beijing e Pyongyang. Porém, tais relações passaram a ficar mais complexas tendo em vista a postura e o posicionamento norte coreano frente aos importantes acontecimentos no cenário mundial. A China utiliza sua influência principalmente em termos econômicos, já que possui embasamento para fazê-lo em virtude de ser o maior parceiro comercial da Coreia do Norte.

Por fim, em virtude deste provável “insulamento” de aliados que assumam os custos de aproximações com a Coreia do Norte, o país tem utilizado de seu modo de negociação e posicionamento de política externa no cenário internacional para pressionar as grandes potências, conduzindo-as em certas instâncias a negociar questões ligadas ao interesse estratégico norte coreano. O desenvolvimento de um programa nuclear por parte do governo de Pyongyang tornou-se um importante instrumento de poder, sendo uma útil moeda de troca no relacionamento com as grandes potências.

Neste sentido, pode-se dizer que o incidente envolvendo o navio sul coreano caracteriza-se como sendo mais um dos acontecimentos no qual o governo da Coreia do Norte enxerga a possibilidade de levantar as questões territoriais da península coreana. Mesmo que não tenha sido comprovada a participação direta do governo norte coreano neste incidente, pode-se perceber a capacidade com que Pyongyang articula seus discursos e posicionamentos no sentido de criar uma

⁷ Capital da China.

situação de inflexão entre as partes, podendo assim, em algumas instâncias, maximizar seu poder de barganha referente a este tema.

Neste jogo político, o papel das grandes potências será importante para conter a peculiar forma de negociação norte coreana, absorvendo assim as demandas de cada uma das partes envolvidas, com o objetivo de se chegar a uma resolução que resulte no fim do impasse e consequentemente a estabilidade e a paz da região.

Referência

Sites:

BBC Internacional

<http://www.bbc.co.uk/>

CIA WORLD FACTBOOK

<https://www.cia.gov/library/publication/s/the-world-factbook/geos/kn.html>

KIM, Samuel S. **China and North Korea in a Changing World**. Asian Program Special Report, 2003, September, p. 12.

LILLEY, James R. **The "Great Game" on the Korean Peninsula**. Asia Pacific Research Center, October, 1997

MARTINS, Dora A. E. **A China e a questão coreana**. 13 de Agosto de 2006. Disponível em: http://www.ipri.pt/publicacoes/working_paper/working_paper.php?idp=34#_edn5

Ver Também:

06-11-2006: Teste nuclear norte-coreano: precedentes e consequências

25-08-2006: Teste com mísseis balísticos como tentativa de fortalecimento do poder de barganha norte-coreano

19-08-2005: A crise Nuclear Norte-Coreana

Palavras Chave:

Coréia do Norte, Coréia do Sul, programa nuclear, China, Estados Unidos.

Malvinas: Retorna a tensão entre Argentina e Reino Unido

Texto informativo

Segurança

Pedro Casas

17 de Junho de 2010

Vinte oito anos após a Guerra das Malvinas, Argentina e Reino Unido se vêem em mais um desentendimento político na região do Atlântico Sul. A tensão retorna à agenda internacional devido às plataformas de petróleo britânicas e à prospecção de petróleo.

As Ilhas Malvinas¹ são territórios ultramarinos, compostos por duas ilhas principais de domínio britânico localizadas no Oceano Atlântico, mais precisamente no extremo sul do continente americano. O arquipélago possui uma área de aproximadamente 12 mil km², está a 640 km da costa da Argentina e a 12.800 km do Reino Unido (ver mapa)². A Ilha tem uma população estimada em 3.105 habitantes³, o idioma oficial é a língua inglesa, e sua economia é baseada, principalmente, na agricultura e na pesca. Atualmente as ilhas são governadas por um governador, que é indicado pela rainha.

Histórico

O território ultramarino foi colonizado pela Espanha, e desde o século XVIII, questões envolvendo a soberania da ilha começam a ser recorrentes na região.⁴ As

Malvinas foram descobertas em 1520⁵, e mesmo com diversos conflitos envolvendo França, Espanha e Reino Unido, os espanhóis mantiveram o controle sobre as ilhas. Porém, em 1764, os franceses se estabeleceram na ilha e, no ano seguinte, os ingleses, inconscientes da presença francesa, também se fizeram presentes na ilha. Em 1766, a Espanha protestou sobre os assentamentos franceses, retomando o controle parcial. Somente após a independência argentina proclamada junto à coroa espanhola⁶, que o país passa a reivindicar o território. Contudo, em 1833, ingleses enviaram colonos para as Malvinas e, desde então, dominam a região.

O conflito das Malvinas

A Guerra das Malvinas foi um conflito armado que aconteceu em 1982. De um lado, a Argentina, país que estava sob regime militar com fortes dificuldades econômicas e sociais e com a população extremamente insatisfeita. Do outro lado, o Reino Unido, maior potência naval da época e país que, de fato, tinha sob sua tutela o território ultramarino das Ilhas Malvinas, ou Falkland. A ilha era tida

¹ Ou Falkland - para os britânicos.

² Ver o seguinte mapa: http://www.pucminas.br/conjuntura/mostra_mapa.php?codigo=33 Fonte: Conjuntura Internacional. Elaboração de Danny Zahreddine e Equipe Conjuntura Internacional 2007.

³ Mais informações sobre a população das Ilhas Falkland podem ser encontrados no relatório do governo, disponível em <http://www.falklands.gov.fk//documents/Census%20Report%202006.pdf>.

⁴ Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=14478>

⁵ De acordo com o sítio do governo das Falkland, as ilhas só foram descobertas em 1592, pelo capitão John Davies.

⁶ O processo de independência da Argentina se deu entre 1810 e 1816.

como ponto estratégico para os ingleses justamente pela sua localização próxima ao continente sulamericano. A Argentina luta pela soberania desde quando sua população foi expulsa pelos ingleses em 1833.

O conflito teve início em 02 de abril de 1982, quando o General Leopoldo Galtiere, chefe da junta militar que governava a Argentina, como última tentativa para reacender o nacionalismo argentino, anunciou a invasão à ilha do Atlântico Sul. Devido ao sucesso da operação Argentina, e não satisfeita com a ação argentina, a primeira-ministra britânica, Margareth Thatcher, corta relações diplomáticas com a Argentina e inicia a mobilização da Marinha britânica. Essa reação surpreendeu os argentinos, pois eles almejavam que o conflito fosse resolvido de forma diplomática, tendo em vista as assimetrias bélicas entre os dois países. O Conselho de Segurança da ONU, através da resolução 502, no ano de 1982,⁷ solicitou o cessar fogo e a retirada das tropas argentinas presentes na Ilha, sob a tentativa de uma negociação de paz, porém sem sucesso. Os Estados Unidos deram apoio ao Reino Unido e impuseram sanções econômicas à Argentina.

Após três semanas da mobilização das tropas britânicas, os embates tiveram início. Em princípio, houve muitas perdas para os dois lados. Cerca de 650 argentinos morreram nos conflitos, assim como 250 britânicos. A guerra terminou somente dia 14 de junho de 1982, quando tropas argentinas, em Porto Stanley (capital das Malvinas) foram derrotadas. Nesse instante, a Argentina se rendeu, e aproximadamente 9800 soldados entregaram suas armas. A Grã-Bretanha declarou, então, oficialmente o fim dos combates.

⁷ A Resolução 502, do Conselho de Segurança pode ser acessada pelo seguinte sítio: <http://www.un.org/documents/sc/res/1982/scres82.htm>

A guerra foi trágica para a Argentina e, principalmente, para os que governavam o país. A derrota para os britânicos acabou com qualquer prestígio que ainda restava aos ditadores argentinos.

O Pós Guerra

A guerra das Malvinas não rendeu bons frutos à Argentina, apenas deixou claro o despreparo e o erro estratégico do Gen. Galtiere além de ter sido um catalisador para o fim à ditadura militar. Já no Reino Unido, Margareth Thatcher conseguiu aumentar muito o seu prestígio, e com o resultado positivo fortaleceu sua imagem política, fazendo com que ela se saísse vitoriosa pelo Partido Conservador e fosse reeleita como primeira-ministra.

Em 1983 a Argentina voltou a ser uma democracia, tendo como presidente Raúl Alfonsín. No ano subsequente à eleição argentina, a negociação para o restabelecimento da relação entre os dois países fracassou mais uma vez por conta da insistência por parte da Argentina em ter a soberania junto às ilhas. Apenas em 1990, com o presidente Carlos Menem, as relações diplomáticas voltam ao normal.

Os Estados Unidos e o caso francês

Um dos maiores erros da Argentina, durante o conflito armado, foi o cálculo que fizeram da participação americana no episódio. Em princípio, a superpotência se declarava neutra. E por apoiar o intervencionismo estadunidense na região, os argentinos acharam que serviria como pretexto para o apoio a eles.

Outros dois eventos interessantes e importantes decidiram, de certa forma, a guerra das Malvinas, a saber: a atuação dos EUA e da França. Os Estados Unidos, como membro da OTAN, apoiaram a Grã-Bretanha.

O outro caso peculiar na Guerra das Malvinas foi o da França, que apoiava o Reino Unido e era o fornecedor de mísseis da Argentina. Como membro da OTAN, a França, juntamente com os Estados Unidos, foi o país que mais colaborou com os britânicos, passando para estes, informações técnicas e tecnológicas a respeito dos mísseis comprados pela Argentina, e também dando os códigos para o desvio dos mesmos, anulando, ou minimizando as tentativas de ataque dos mísseis Exocet.⁸

O Chile, Brasil e a população malvinense

O Chile, país que faz fronteira com a Argentina, era governado por Augusto Pinochet, e por conta de divergências geradas pelo conflito no Canal de Beagle⁹, não cooperou com a Argentina.

Já o Brasil, governado pelo General João Figueiredo, declarava-se neutro e condenava o uso da força. O governo brasileiro não tinha intenção de cometer o erro de dar apoio incondicional à Argentina e estar contra os EUA e Reino Unido, que eram parceiros brasileiros. Porém, o Brasil, de forma singela, em algumas situações, apoiou a Argentina. Um exemplo foi quando o Brasil não permitiu que o Reino Unido usasse o território brasileiro como base para a força aérea.

Recentemente, o governo das Ilhas Malvinas reforçou que sua população não deseja que o seu território seja anexado à

Argentina, e que prefere ser de nacionalidade britânica. Segundo representantes das Falkland, a ilha já está independente. Ela já pode criar suas leis, seus próprios impostos e eleger seus próprios representantes. A questão da política externa que ainda é tratada pelo governo da Grã-Bretanha¹⁰.

Situação atual

Reino Unido e Argentina têm, atualmente, boas relações diplomáticas. O que não quer dizer que a situação das Malvinas tenha sido resolvida. Ambos os países acharam melhor deixar de lado a disputa, para que as relações entre os países não fosse novamente estremecida, visto que os britânicos não aceitam negociar a soberania da ilha. Recentemente, o presidente Lula reiterou que o Brasil apóia a Argentina e que o país está disposto a prestar apoio diplomático aos nossos vizinhos se precisarem.

Durante o governo Kirchner¹¹, a questão é tratada com um pouco mais de severidade do que foi tratada por outros presidentes. Essa posição mais ríspida pode ser um empecilho para que a questão seja resolvida. Exemplo claro foi a anulação do acordo estabelecido entre o ex-presidente argentino Menem e a Grã-Bretanha a respeito da divisão dos recursos provenientes da exploração de petróleo, anulado durante o governo de Néstor Kirchner.

O agravante da situação e a natureza do conflito

⁸ Mais informações sobre o Míssil Exocet disponíveis em <http://www.wisegeek.com/what-is-an-exocet-missile.htm>

⁹ O Conflito de Beagle teve como origem a disputa pela soberania das ilhas entre o estreito de Beagle e o Cabo Horn. Ver mais em: <http://www.laguia2000.com/chile/el-conflicto-por-el-canal-de-beagle>

¹⁰ Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/internacional/2010/02/22/nao-queremos-ser-colonizados-pela-argentina-diz-representante-do-governo-das-malvinas.jhtm>

¹¹ Tanto com Néstor Kirchner (2003-2007), quanto com Cristina Kirchner (2007-atual)

Embora não resolvida, a situação estava ao menos estável. Porém, com a chegada das plataformas de petróleo à região, um clima hostil foi instaurado. O potencial mineral da região das Malvinas é enorme e, segundo alguns especialistas, estudos comprovam a existência de mais de 8 bilhões de barris de petróleo.¹²

No dia 22 de fevereiro do ano corrente, a empresa britânica *Desire Petroleum* deu início às perfurações. A partir disso, a Argentina salientou que a exploração de petróleo na região viola sua soberania, e ameaçou tomar “medidas adequadas” para impedir essa exploração indevida.

Além disso, a Argentina pediu apoio aos outros países latino-americanos na reunião de cúpula regional que aconteceu em Cancun, e obteve sucesso. Líderes de Estado deram um respaldo à Cristina Kirchner, presidente da Argentina, e esposa do ex-presidente Néstor Kirchner. Porém, tal apoio não surtiu efeito. Os britânicos rejeitaram a recomendação e iniciaram as perfurações.

Tal ação unilateral desagradou à Argentina, que pode tentar levar o caso à ONU, tendo em vista que já tem o apoio dos países da América Latina. Para os britânicos, a situação é legal, as plataformas estão dentro das “águas britânicas” e por isso eles não irão interromper a exploração de petróleo.¹³

Considerações finais

Com o retorno do tema à agenda internacional e toda a problemática envolvendo a prospecção de petróleo no extremo sul do continente americano, não

há muitas alternativas para que a Argentina consiga ser a soberana nas ilhas.

No âmbito internacional, uma das possibilidades seria levar o caso ao Conselho de Segurança das Nações Unidas; porém, há uma grande probabilidade de que tal ação seja inútil, pois o Reino Unido é um dos membros com direito ao veto e certamente utilizará de tal artifício para que tal tentativa junto à ONU fracasse.

Já no âmbito continental, com a recente designação de Néstor Kirchner como Secretário-Geral da UNASUL, a Argentina terá forte apoio do órgão e dos países membros, porém é incerto se tal apoio pode gerar grandes avanços no que tange às aspirações argentinas, principalmente quando se fala de soberania. Além da UNASUL, o MERCOSUL também apóia a Argentina. O Parlamento do MERCOSUL aprovou, por unanimidade, uma declaração rejeitando a decisão unilateral da Grã-Bretanha de extrair petróleo a região.

Pelo lado dos britânicos, um dos argumentos mais fortes é o do direito a autodeterminação. Isto significa que a população quer que prevaleça sua vontade, que é de continuar sendo de jurisdição britânica. Porém, a partir de tal argumento, pode-se inferir ser evidente que a população não queira ser colonizada pela Argentina, pois tal população, que já está nas Malvinas há 9 gerações, é descendente dos britânicos. Além disso, há um atrito entre as populações da Argentina e da Ilha. Somente a partir de 1999 que a ilha voltou a receber argentinos.¹⁴ A Grã-Bretanha recentemente afirmou que aceita negociar a situação dos hidrocarbonetos, porém, a questão que envolve a soberania não será

¹² Alguns estudos afirmam que podem chegar à 60 bi de barris.

¹³ A disputa pode melhor ser entendida no seguinte mapa:
<http://www.estadao.com.br/fotos/malvinas.gif>
 f Fonte: Estadão/Infográfico/AE

¹⁴ Desde o fim da Guerra das Malvinas que a Ilha não recebia argentinos

discutida.

Muito provavelmente, o imbróglio político permanecerá do jeito que está. A Argentina deseja que a soberania na ilha seja revista, ponto que a Grã-Bretanha não tem a menor intenção de discutir. E a prospecção de petróleo também deve prosseguir, e o mais prudente na atual conjuntura seria um acordo que trate apenas da questão petrolífera. Muito se especulou sobre o emprego da força pelo lado argentino, porém a presidente Cristina Kirchner deixou claro que não há a menor possibilidade que isso aconteça. ■

Referências

BBC Brasil:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/pulltogether/s_malvinas.shtml

CNN:

<http://edition.cnn.com/2003/WORLD/europe/12/07/uk.nukes.reut/index.html>

Estadão:

<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,empresa-britanica-inicia-exploracao-de-petroleo-nas-malvinas,514368,0.htm>

<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,argentina-ira-a-onu-contras-exploracao-de-petroleo-nas-malvinas,514539,0.htm>

Falkland Islands Government:

<http://www.falklands.gov.fk/>

Foreign Affairs:

<http://www.foreignaffairs.com/articles/36819/lawrence-d-freedman/reconsiderations-the-war-of-the-falkland-islands-1982>

G1:

<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,MUL1521640-5602,00->

[DISPUTA+PELAS+MALVINAS+REVELA+PONTO+SENSIVEL+PARA+A+ARGENTINA.html](http://www.pucminas.br/conjuntura/0,MUL1521640-5602,00-)

La Guia:

<http://www.laguia2000.com/chile/el-conflicto-por-el-canal-de-beagle>

Military Power:

<http://www.militarypower.com.br/frame4-warMalvinas.htm>

Mundo Educação:

<http://www.mundoeducacao.com.br/geografia/ilhas-malvinas.htm>

Parlamento MERCOSUL:

http://www.parlamentodelmercosur.org/portugues_noticia_home.asp?i=0&id=542

OEA:

<http://www.oas.org/csh/portuguese/novosdocsegcolect.asp>

UOL:

<http://educacao.uol.com.br/historia/ult1685u287.jhtm>

Palavras-chave

Pedro Casas, Argentina, Falkland, Guerra das Malvinas, Malvinas, Petróleo, Reino Unido.

Curdistão: Um Problema de Ontem e Hoje

Texto Informativo
Segurança

Rúbia Rodrigues
17 de Junho de 2010

Minorias étnicas, Estados não-reconhecidos e movimentos separatistas são fenômenos existentes em diversas regiões. A problemática curda é antiga e permanente no Oriente Médio, entretanto, a solução de suas reivindicações é complexa e de difícil alcance.

A soberania estatal é algo relativamente sólido e legítimo. Em diversos países no ambiente internacional podem-se encontrar povos que não legitimam seus governantes e seu país e que muitas vezes reivindicam a criação de um novo Estado. Essa problemática se insere na questão curda instalada no Oriente Médio e objeto desta análise.

Para o estudo desta região, seguir-se-á, de forma simplificada, uma metodologia que provém do geógrafo alemão Carl Ritter. Assim, começaremos com uma análise do relevo e do clima e partiremos para os aspectos da população, sua história e suas atividades em geral. Dessa forma, ter-se-á uma síntese geral do que é o povo curdo e quais são suas principais problemáticas trazidas ao âmbito da conjuntura internacional, como a sua relação com organizações terroristas, o conflito entre governo e população, a utilização de armas químicas e a preocupação de potências e organizações internacionais em resolver os litígios.

Análise Geográfica

A área de 500.000 km, agregando os territórios do Irã (oeste), Iraque (norte), Síria (nordeste) e Turquia (leste), denominada Curdistão, recebe esse nome por, em sua natureza, agregar a nacionalidade Curda¹. Atualmente, os

Estados do Irã e do Iraque reconhecem oficialmente entidades internas por esse nome, como a província do Curdistão no noroeste do Irã e a região autônoma do Curdistão Iraquiano.

A maioria do povo curdo vive hoje na região supracitada, entre as montanhas da Alta Mesopotâmia, por considerarem esse espaço como sendo de sua origem nativa. Essa região montanhosa origina-se pela intensa atividade geológica, sendo uma zona de subducção entre as placas Euroasiática e Africana e, portanto, sendo sujeita a desastres naturais provenientes dessa característica, como terremotos e erupções vulcânicas.

Essa região, diferentemente do Oriente Médio, que possui um clima predominantemente desértico, possui altos níveis de precipitação e a passagem dos rios Tigre e Eufrates em seus cursos superiores. Apresenta-se, portanto, como uma região fértil para a agricultura, um grande potencial hidrelétrico e, além disso, grandes reservas de óleo – predominantemente na região do Iraque.

A origem da nacionalidade curda se dá através daqueles que tenham se fixado na região conhecida como Curdistão, portanto, eles não se originaram de um grupo em particular. Acredita-se que a descendência seja dos grupos que por ali passaram e se fixaram por um tempo como os *hurritas* que montam uma parte da história curda, e de algumas tribos

Armênia, Azerbaijão e Líbano.

¹ Apesar de sua maioria se localizar nesse território, comunidades curdas podem ser encontradas em outros locais como nos Estados da

indo-européias, compostas pelos *citas*, *medos e sárgatas*.

A população curda, de acordo com a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos², se divide atualmente entre aproximadamente 13 milhões na Turquia; 6,5 milhões no Irã; 4,5 milhões no Iraque; 1 milhão na Síria; 100 mil no Líbano e 700 mil em outras partes do mundo. A maioria dos curdos é muçulmana de maioria sunita e possuem como forma de comunicação a língua curda, sendo esta já considerada língua oficial no Iraque onde se encontra a região autônoma.

De acordo com a Enciclopédia Kurdistânica³, como a história do Oriente Médio “tem sido escrita pelos hegêmonas”, a contribuição histórica do povo curdo tem sido ignorada, e pior ainda, tem sido apropriada por outrem. E, por isso, talvez seja tão difícil reconstruir sua história. Entretanto, é possível encontrar diversas instituições que sobrevivem para tentar moldar, de certa forma, esta história como o Instituto curdo de Istambul⁴, de Paris⁵ e o Jornal Internacional de Estudos Curdos.⁶

Análise Histórica

Na Antiguidade, as regiões entre a Pérsia e a Mesopotâmia, as ditas regiões curdas passaram a integrar o império persa pela conquista de Ciro, o Grande. O controle

foi sendo repassado pelos conquistadores da Ásia, sendo controlados nesse período por Alexandre, o Grande, seus sucessores no Século VI a.C. e logo após pelos *partos* e *sassânidas*. Com o declínio do governo centralizado do *sassânidas* da Pérsia e do Império Bizantino (600 - 1600 d.C.), o poderio curdo começou a emergir na região e durante os séculos XI e XII da era cristã o país apresentou dinastias nacionais. Seguidamente, no século XVI, a região incorpora-se ao Império Otomano.

Quando este Império se dissolve, logo após a Primeira Grande Guerra, as potências da época se reuniam na tentativa de criar Estados neste território, para que, com aliados, pudessem exercer determinada influência que combatesse supostos inimigos. É nesse momento que é criado o Estado do Iraque e que surge a possibilidade de criação de um Estado curdo.

Em 1920, com o Tratado de Sèvres, fixado entre a Tríplice Entente e o Império Otomano, além do acordo de paz, da perda da Turquia e da estipulação dos Estreitos de Bósforo e Dardanelos como regiões desmilitarizadas e internacionalizadas, tentava-se contemplar um estado independente para os Curdos, com fronteiras bem definidas. Entretanto, esse tratado nunca foi realmente ratificado e ainda foi anulado por outro de 1923, o Tratado de Lausanne⁷, que, de forma geral, determinava as fronteiras da Turquia, abria sem restrições ao comércio os Estreitos, mas, renunciava à autonomia do Curdistão.

A questão da criação de um Estado curdo independente esteve presente também entre um dos temas da agenda levada pelo estadista britânico Winston Churchill na Conferência do Cairo de 1921. Parecia

² Demais Informações acesse: <http://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>

³ Enciclopédia Kurdistânica. Disponível em: <http://www.kurdistanica.com/?q=node/1> Acesso em: 21 jan. 2009.

⁴ Para eventuais consultas, acesse: <http://www.enstituyakurdi.org/index.php?newlang=english>.

⁵ Para eventuais consultas, acesse: <http://www.institutkurde.org/>.

⁶ Para eventuais consultas, acesse: http://findarticles.com/p/articles/mi_m0SBL?tag=content;col1.

⁷ Esse Tratado pode ser encontrado na íntegra em: http://www.lib.byu.edu/index.php/Treaty_of_Lausanne

interessante a ele a criação de uma zona tampão entre a Turquia renascida e os novos Estados árabes independentes. Diria ao comitê político naquele momento “que seria possível financiar um chefe curdo e seus subordinados mais influentes, concedendo-lhes vantagens comerciais temporárias, em vista de um acordo pelo qual eles impediriam que os turcos promovessem na região uma política contrária aos interesses britânicos.” (CHURCHILL apud. CATHERWOOD, 2006, p. 157)

É relevante notar que na década de 1920, Faïçal, o primeiro rei do Iraque, que tinha aspirações de equilibrar a maioria muçulmana xiita do sul do país com árabes sunitas no centro e curdos sunitas no norte, acabou por, segundo Catherwood (2006), influenciar na decisão britânica de integrar territórios curdos ao Iraque, ao invés de conceder independência aos curdos. Nesse momento, um território curdo independente também já se fazia inviável em termos econômicos, considerando o valioso petróleo de Mosul, ainda sem muito reconhecimento potencial, e em termos políticos, já que não havia um líder curdo em quem “os britânicos depositassem confiança como governante nativo obediente e útil a seus interesses”. (CATHERWOOD, 2006, p. 74)

Depreendem-se então, várias revoltas por parte dos curdos, frustrados por tantas negações à criação de um Estado próprio. Ocorreram na Turquia nos anos de 1925 e 1930 e, no Iraque, nos anos de 1922, 1931 e 1945, todas elas reprimidas por forças militares.

No período de 1945-46, o Exército Vermelho penetra no norte do Irã e os britânicos ao sul. O principal objetivo dos aliados era derrubar Reza Xá, líder do Irã, suspeito de tornar-se um simpatizante germânico originando uma aliança militar. Forma-se então, um vácuo de poder em algumas áreas e uma insurreição curda

poderia ocasionar sua independência. É exatamente com a resistência curda que se proclama uma república com o nome oficial de República do Estado do Curdistão, também referida como Governo Nacional do Curdistão e, declara-se a República do Azerbaijão. Na República de Mehabad⁸ é estabelecido um governo, mas sem eleições parlamentares. É estabelecido um exército nacional, mas sem desenvolvimento de forças de defesa.

Posteriormente, um tratado de cooperação é feito com o Azerbaijão, ao qual se ligava em questões políticas internas e externas, econômicas e militares. O curdo é introduzido como língua oficial, desencadeando a organização das instituições de ensino e de periódicos. Também, uma redistribuição territorial é feita principalmente em terras agrícolas, ainda que não tenha sido uma reforma agrária propriamente dita. Porém, é questionável a independência completa da República de Mehabad, tendo em vista que, seu território não era completamente delimitado sofrendo influências cada vez mais fortes das ocupações externas.

Apesar dos soviéticos encorajarem a declaração da autonomia, os próprios beneficiados não estavam preparados para defendê-la. 11 meses após a declaração da república, Irã e Iraque redesenhavam com suas tropas suas fronteiras e é nesse momento que o governo de Muhammad é erradicado. O ensino do curdo é proibido, os livros são queimados, as editoras curdas são fechadas. A partir daí, aos poucos irão surgindo diversos grupos objetivando um território livre e independente baseado nas origens curdas.

O Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK)

⁸ A República de Mehabad refere-se à própria República do Estado do Curdistão. Essa outra denominação surge devido à capital da República ser a cidade de Mehabad.

O Partido dos Trabalhadores do Curdistão, de sigla PKK (Parti Karkerani Kurdistan, em curdo), surge a partir de organizações estudantis da Turquia em 1978 – seu fundador é o Abdullah Ocalan – e seu principal objetivo é criar um Estado Curdo, reconhecido internacionalmente como Curdistão.

O principal alvo da organização atualmente tem sido a Turquia, e sem fontes de financiamento, o grupo inicialmente utiliza-se de roubos e tráfico de drogas para desenvolver uma força militar que possa ajudar na obtenção de seu principal objetivo.

Em 1980, os militantes do PKK treinaram com palestinos para, junto com eles lutar contra a invasão do Líbano – posteriormente em 1982. Nesse momento, iniciou-se um financiamento de empresários curdos residentes na Líbia, o que levaria o PKK a se projetar e a ocorrer divisões dentro da própria comunidade curda devido à sua politização. Surgia nesse momento o conflito entre curdos: de um lado os que apoiavam o Estado e, de outro, os que apoiavam o Partido. Um aspecto relevante nesse momento, e que desenvolve ainda mais a problemática que permeia o Partido, diz respeito à criação de uma identidade política baseada não somente em suas raízes Marxista-Leninistas, mas também com base na religião Islâmica, acarretando ao mesmo tempo em uma busca de apoio popular e uma aproximação de radicais islâmicos já presentes em outros Estados.

A partir da década de 1990, o PKK de certa forma se organiza com a delimitação de um presidente, - Abdullah Ocalan -, um Conselho da Presidência, um Comitê Central e um Quadro Central Disciplinar. De forma diplomática, acaba por acusar o governo turco por desrespeito aos direitos humanos, tentar um cessar-fogo e até criar a “Declaração de Intenção” que condizia, de forma geral, com normas internacionais humanitárias e de direitos

humanos.

Após a prisão de Abdullah Ocalan, seu líder, em 1999, a situação do PKK se altera fortemente. De acordo com declarações do próprio partido, criam-se facções internas que se utilizam de atentados à Istambul e outras cidades da Turquia, sendo por fim caracterizados, pelos Estados Unidos, OTAN e União Européia, como uma organização terrorista.

A partir de 2004, em relação a este problema, o governo americano permanece em pleno acordo com os Estados da Turquia e do Iraque em sua “guerra contra o terrorismo”. Além disso, os EUA conseguiram aliar-se ao Governo Regional do Curdistão para desligar-se completamente do PKK e diminuir as tensões com a Turquia.

De certa forma, a situação curda melhorou no país, até mesmo devido às aspirações turcas em integrar-se à União Européia, o que se interliga com os princípios de não discriminação dos povos, pressupostos à participação turca nessa instituição de integração regional. Em contrapartida, são ainda constantes os ataques turcos dentro e além de suas fronteiras às bases estruturais principalmente de logística do PKK. No que tange ao combate a esse grupo, a Turquia tem recebido ajuda de outros países que combatem o terrorismo e também de países vizinhos como o Irã, que costumam colaborar com os armamentos. Acredita-se que tenham morrido cerca de 45 mil pessoas desde 1984, com essa guerra não declarada.⁹

Outro grupo, Partido por uma Vida Livre no Curdistão, o PJAK, também compõe os militantes nacionalistas do Curdistão. Apesar de esse grupo utilizar-se de meios

⁹ Para mais informações sobre este assunto, acesse o arquivo de notícias da Folha Online. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u503342.shtml>>. Acesso em: 15 fev 2009.

violentos preponderantemente no Irã, ele é bem similar ao PKK, possui as mesmas principais aspirações, quartéis-generais próximos nas regiões montanhosas ao redor do Curdistão e até mesmo uma aliança. Entre os anos de 2006 e 2007 houve uma aproximação dessa organização em relação aos Estados Unidos, no que tange à tentativa de derrotar o governo do Irã. Entretanto, mesmo com a visita de seu líder a Washington e a sua declaração de que ele deveria ser aceito assim como o PKK, esse grupo é caracterizado como uma organização terrorista.

Passado recente do Curdistão

Em meados da década de 1980 ocorreu a Operação Anfal (de significado “Espólios de Guerra”, em árabe), um dos crimes que levaram Saddam Hussein a julgamento, lançando gás de mostarda e sarin¹⁰ contra áreas curdas. De acordo com a organização americana de defesa dos direitos humanos Human Rights Watch (HRW), cerca de 50 mil a 100 mil pessoas morreram nos ataques realizados no período de fevereiro a setembro de 1988. Esta operação fazia parte do que o governo iraquiano costuma denominar do “problema curdo”, já que há a noção de ameaça à integridade territorial do Iraque.

Dentro da região autônoma no Estado do Iraque, várias áreas foram demarcadas como “zonas proibidas” onde os curdos presentes caracterizavam-se como não-iraquianos e traidores, pela crença de que os curdos pudessem estar ajudando o Irã na guerra travada com o Iraque no período entre 1980 e 1988. A Operação iniciou-se com um assalto a uma base do partido PUK (União Patriótica Curda) e dirigiu-se para o sul onde residentes das áreas curdas eram detidos em campos temporários e levado a áreas de execução fora da área curda. O mesmo tratamento

podia ser feito com curdos ligados ao governo, o que prova que, mais que uma questão de lealdade política, a problemática se instaura nos fatores de etnia.

Além disso, após a Guerra do Golfo, Hussein tentou fazer uma limpeza étnica na província de Kirkuk, onde é produzido quase 70% do petróleo iraquiano, deportando mais de 250.000 curdos na região. De acordo com Samantha Power (2004), é por isso que “os curdos gostam de dizer que não tem amigos a não ser as montanhas” (p. 208) e se auto-intitulam *peshmerga*, ou seja, aqueles que enfrentam a morte.

O Conselho de Segurança, por meio de resoluções, como a 688 de 1991, se mostrou “gravemente preocupado” com a repressão curda no Iraque, que gerava uma grande massa de refugiados também em fronteiras internacionais ameaçando a paz e a segurança da região. Por isso, o Conselho condena a repressão no Iraque e exige que ela seja finalizada para que os curdos sejam respeitados dentro de direitos humanos e políticos, bem como os cidadãos iraquianos.

Segundo Habermas (1999), durante a Guerra do Golfo, “o Conselho de Segurança efetivamente interveio em ‘questões internas’ de um Estado Soberano [Iraque] ao criar zonas de interdição de voo sobre o espaço aéreo iraquiano e ‘zonas de proteção’ para refugiados curdos. A proteção de uma minoria perseguida, contudo, não chegou a ser explicitamente utilizada como justificativa. (...) [na citada Resolução] as Nações Unidas recorreram ao direito de intervenção que lhes assiste em casos de ‘ameaça à segurança internacional’.” (HABERMAS, 1999)

Atualmente, os curdos no Iraque, são considerados como cidadãos, conseguem ter suas bandeiras hasteadas nas repartições públicas, as escolas públicas

¹⁰ Armas químicas

são bilíngües e ensinam a língua curda. Algo parecido ocorre no Irã, onde se é possível expressar a cultura curda apesar da dificuldade de encontrar uma autonomia administrativa. Em contrapartida, na Síria qualquer tipo de participação política curda é negada, é proibido o uso da língua curda e de materiais que a contenham, além de haver a recusa de registrar crianças com nomes curdos, enfim, o governo utiliza-se de vários métodos para suprimir a identidade curda.

A Síria e o Irã têm deixado nas mãos dos turcos o conflito com os curdos, porém, com a interferência das Nações Unidas, União Européia e Estados Unidos procura-se uma resolução para a questão sem deixar que desencadeie em outras problemáticas na região.

Uma autonomia curda em relação ao Iraque e à Turquia pode acabar favorecendo o Irã, ainda sendo o principal Estado capaz de ameaçar a relativa estabilidade do Oriente Médio. Os acordos com o Iraque não são capazes de satisfazer todos os objetivos curdos, entretanto, conseguem deixar a situação na parte iraquiana cada vez melhor. Realistas curdos na administração iraquiana entendem que eles talvez nunca consigam se tornar independentes.

É através das Nações Unidas que o povo curdo empenha-se em buscar reconhecimento. Ainda que na UNPO (Organização das Nações e Povos Não-representados), por exemplo, o povo curdo se apresente separadamente como a parte do Irã e do Iraque, eles possuem o objetivo comum de conquistar sua autonomia política. No UNAMI (Missão de Assistência das Nações Unidas no Iraque), iniciou-se, a partir de 2005, uma Assembleia Nacional do Curdistão Iraquiano, em concordância com a resolução 1546 do Conselho de Segurança de 2004, representando uma importante transição política no Iraque. Também, sob

a resolução 986 de 1995, os objetivos da Assembleia visam à proteção dos curdos de acordo com os direitos humanos no território do Iraque.¹¹

A presença da problemática curda no Conselho de Segurança é ainda muito pequena, isto é, poucas além das citadas resoluções abordam a questão do desejo de autogoverno curdo e suas implicações aos Estados vizinhos, à segurança e à paz mundial.

A Turquia se mostra como a principal demandante pela solução da problemática curda. O presidente turco, Abdullah Gül, se mostra favorável a um “pacto nacional” das forças políticas do país para que através do estado unitário e da democracia seja possível encontrar propostas efetivas à dissolução do conflito curdo. O líder turco afirma que a própria democratização funcionaria como um freio ao terrorismo – alarmado pelo PKK – e que por isso o governo não precisa, e nem deseja, fazer concessões aos terroristas desse grupo armado. Entretanto, as ações realmente tomadas pelo governo turco indicam a persistência desse impasse. A extensão de permissão aos militares em atacar os rebeldes separatistas curdos sediados ao norte do Iraque, aprovada pelo Parlamento em 03 de novembro de 2009, torna ainda mais inviável a ocorrência da paz na região quando para o comandante do PKK, Murat Karayilan, ela somente poderia ser alcançada com o encerramento das campanhas militares e da repressão. Ao mesmo tempo, negociações diretas com o partido são descartadas pelo primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdogan.

Considerações Finais

¹¹ O discurso do Representante Especial do Secretário Geral da ONU na Assembleia Inaugural está disponível em: <http://www.un.org/apps/news/infocusnewsir_aq1.asp?NewsID=1050&sID=12>

Pode-se observar a complexidade da situação em que se encontra o povo curdo. Estes desejam a criação do Curdistão, para reconhecimento de sua cultura e de seu povo. Dessa aspiração, depreende-se a insurgência de organizações que utilizam da violência e do terror para atingir seus objetivos e, ainda, a consideração de que os próprios países relacionados neste processo envolvem-se em outros problemas capazes de ameaçar a paz e a segurança internacionais.

A problemática curda, assim como outros povos não-reconhecidos no Kosovo, na Nigéria, em Angola e na China, por exemplo, levanta uma série de questionamentos sobre sua viabilidade e sobre suas repercussões na estabilidade de sua região. Conjugado a isso se envolve a consideração de preservação da soberania territorial dos Estados que estão envolvidos e a possibilidade de novos conflitos após o reconhecimento da nacionalidade curda.

Por fim, a ocorrência de problemas como este no ambiente internacional possui uma solução complexa e polêmica quando a lógica permeia tanto a segurança territorial dos Estados e, por conseguinte, sua soberania, quanto o respeito aos direitos humanos e à autodeterminação dos povos.

Referência

CATHERWOOD, Chistopher. **A Loucura de de Churchill: Os interesses britânicos e a criação do Iraque Moderno**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

CIA World Factbook. Disponível em: <<http://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>> Acesso em: 01 jun. 2010

Enciclopédia Kurdistanica. Disponível em: <<http://www.kurdistanica.com>>.

Acesso em: 01 jun 2010

HABERMAS, Jürgen. **Bestialidade e humanidade: Uma guerra na Fronteira entre o Direito e a Moral**. 1999. PUC-RJ. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/direito/pet_jur/docs/c3haberm.rt> Acesso em: 01 jun 2010.

POWER, Samantha. **Genocídio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

UNITED NATIONS. **Security Council Resolution 660**. 02 Ago. 1990. Disponível em:<<http://www.iilj.org/courses/documents/IraqSecurityCouncilResolutions.pdf>> Acesso em: 01 jun 2010

Ver Também:

07/11/2007 PKK retoma ataques frente à ameaça de intervenção turca

08/06/2006 Governo constitucionalmente eleito toma posse no Iraque

Palavras: Chave: Curdistão, Iraque, Irã, Movimentos Separatistas, Síria, Turquia

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Prof^a. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação-Geral: Prof. Leonardo César Souza Ramos

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine
Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira
Prof^a. Liana Araújo Lopes

Membros: Bruna Monteiro da Fonseca; Celso Augusto de Freitas Filho; Clarice Moreira de Moraes; Daniel Peluso Rodrigues da Silva; Fernanda Nunes Costa Nacif; Fernando Corrêa dos Santos; Jéssica Silva Fernandes; Larissa Rabelo Pires Martins; Marina Scotelaro de Castro; Patrícia Eler Seide; Pedro Casas Vilela Magalhães Arantes; Pollyanna Reis Dias; Raíssa Pacheco Ayres Daher; Rúbia Pereira Rodrigues; Thainá Sesterhenn Chaves; Victor Eduardo da Motta Nunes; Vinícius Tavares de Oliveira;

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av. Dom José Gaspar 500, Instituto de Ciências Sociais,
prédio 47, sala 105 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte -
MG - CEP 30535-901 Tel: (31) 3319-4495 email:
ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>